

## ÍNDICE

ARTIGO 1º IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO.....	2
ARTIGO 2º ENTIDADE ADJUDICANTE.....	2
ARTIGO 3º ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR .....	2
ARTIGO 4º FUNDAMENTAÇÃO PARA A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO .....	2
ARTIGO 5.º ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO .....	2
ARTIGO 6º PREÇO BASE .....	2
ARTIGO 7º DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA .....	3
ARTIGO 8º - IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA.....	3
ARTIGO 9º PROPOSTAS VARIANTES .....	4
ARTIGO 10º PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	4
ARTIGO 11º MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA .....	4
ARTIGO 12º ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR OS ESCLARECIMENTOS E LISTAS DE ERROS E OMISSÕES.....	4
ARTIGO 13º PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS .....	5
ARTIGO 14º CONTRATO .....	5
ARTIGO 15º CAUÇÃO.....	5
ARTIGO 16º DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO .....	5
ARTIGO 17º IDIOMA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	6
ARTIGO 18º PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO .....	6
ARTIGO 19º DESPESAS E ENCARGOS DO CONCORRENTE.....	6
ARTIGO 20º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	7
ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO .....	8
ANEXO II– MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO.....	10

---

#### ARTIGO 1.º IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

AJUSTE DIRETO N.º SCGC\_SASUP\_AD\_00002\_2025 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO HOTELEIRO

#### ARTIGO 2.º ENTIDADE ADJUDICANTE

**Universidade do Porto**, Fundação Pública em Regime de Direito Privado, Pessoa Coletiva com o NIF 501413197, através do Serviço Autónomo **Serviços de Ação Social da Universidade do Porto**, dotado de autonomia administrativa e financeira, com o NIPC 600037134, sito na Rua dos Bragas n.º 151, 4050-123 Porto.

#### ARTIGO 3.º ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Senhor Diretor dos Serviços de Ação Social da Universidade do Porto, em 17/01/2025, no âmbito de competência própria.

#### ARTIGO 4.º FUNDAMENTAÇÃO PARA A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

Ajuste direto, conforme definido no artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações em vigor.

#### ARTIGO 5.º ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

As peças do procedimento estão disponíveis para consulta ou importação gratuitas na plataforma eletrónica de contratação Acingov, no seguinte endereço eletrónico: <http://www.acingov.pt>, devendo para o efeito aceder ao do link enviado via correio eletrónico.

#### ARTIGO 6.º PREÇO BASE

O preço base para a aquisição é **19.950,00 € (dezanove mil novecentos e cinquenta euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor se o mesmo for devido e que corresponde ao valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar pelo serviço e limita o preço contratual.

O preço base da aquisição corresponde a:

- a. 2.200,00 € (dois mil duzentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, pelo serviço de manutenção preventiva, que corresponde ao valor máximo estimado que os Serviços de Ação Social da Universidade do Porto estão dispostos a pagar pela contratação dos serviços, no período de vigência máximo.

- b. 10.750,00 € (dez mil, setecentos e cinquenta euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, que corresponde ao valor máximo estimado que os Serviços de Ação Social da Universidade do Porto estão dispostos a pagar pela contratação dos serviços, no período de vigência máximo, que incluem os seguintes componentes:
- i. Serviço de manutenção corretiva, com uma estimativa de 200 horas de Técnico Instalador de aparelhos a gás, 150 horas de Técnico de refrigeração e 50 horas de Técnico de eletricidade;
- c. 7.000,00 € (sete mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, que corresponde ao valor máximo estimado que os Serviços de Ação Social da Universidade do Porto estão dispostos a pagar pela aquisição de Peças / consumíveis, no período de vigência máximo.

Os valores referentes ao serviço de manutenção corretiva e de consumíveis, poderão transitar de ano se os saldos não forem executados.

#### ARTIGO 7º DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
- a. Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo I** do CCP, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
- b. Modelo Proposta de preço total em conformidade com o modelo **Anexo II** ao Convite, considerando:
- i. Preços unitários e preço total que não devem incluir o IVA;
- ii. Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos, e não incluem IVA;
- iii. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;
- iv. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos;
- c. Certidão de Registo Comercial no caso de o concorrente ser uma pessoa coletiva ou disponibilização do código de acesso à Certidão Permanente para a sua consulta online, para efeitos de determinação dos poderes representação;
- d. Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para os efeitos da definição dos atributos da sua proposta.
2. De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, a declaração referida na alínea a) do n.º 1, bem como a Proposta deve ser assinada pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

#### ARTIGO 8º - IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta e os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos, obrigatoriamente, em língua portuguesa.
2. A documentação técnica pode ser apresentada em língua inglesa.

#### ARTIGO 9º PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

#### ARTIGO 10º PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A proposta e os documentos que instruem a proposta serão entregues até às **12:00:00 horas do 5º dia a contar da data de envio do convite para apresentação de proposta.**

#### ARTIGO 11º MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

1. A proposta e os documentos que a instruem serão apresentados, nos termos do disposto no artigo 115.º n.º 1 alínea g) do CCP, através do seguinte meio de transmissão eletrónica de dados: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), **devendo para o efeito os convidados aceder através do link remetido na mensagem de correio eletrónico de convite à apresentação de proposta.**
2. Fica dispensada a submissão da proposta com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica, por não ser aplicável o disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, bem como da utilização de selos temporais, que são disponibilizados pela entidade adjudicante.
3. A receção da proposta é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue ao concorrente(s) um recibo eletrónico / email comprovativo dessa receção.

#### ARTIGO 12º ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR OS ESCLARECIMENTOS E LISTAS DE ERROS E OMISSÕES

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do serviço responsável pela condução do procedimento.
2. Os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite e caderno de encargos e apresentação de lista de erros e omissões, podem, através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), **usando para o efeito o link remetido na mensagem de correio eletrónico de convite à apresentação de proposta.**
3. Os esclarecimentos serão prestados, até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

#### ARTIGO 13º PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas mantêm-se obrigatoriamente até 66 dias úteis após o termo do prazo para sua apresentação.

#### ARTIGO 14º CONTRATO

Haverá lugar a celebração de contrato escrito, nos termos que os artigos 94.º e 95.º do CCP.

#### ARTIGO 15º CAUÇÃO

Não será exigível a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

#### ARTIGO 16º DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO

1. Nos termos do estabelecido no artigo 81º do CCP, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a. Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do CCP;
- b. Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
  - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
  - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- d. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente;
- e. Comprovativo da realização do Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos do disposto no artigo 36.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE);

(O registo do beneficiário efetivo é obrigatório para todas as entidades constituídas em Portugal **ou que aqui pretendam fazer negócios**. Todas as empresas, associações, fundações, entidades empresariais, sociedades

civis, cooperativas, fundos ou trusts têm de ter os seus beneficiários efetivos registados.  
<https://www2.gov.pt/servicos/preencher-a-declaracao-do-registo-central-do-beneficiario-efetivo-rcbe->

- f. Comprovativo de registo na DGEG do Tipo B (Instalação de aparelhos a gás e intervenção em quaisquer atos para adaptar, reparar e efetuar a manutenção destes aparelhos), de acordo com art.º 4 do DL 15/2015;
- g. Demonstração de apólice de seguro, em conformidade com art.º 7 do DL 15/2015;
- h. Apresentação do número de certificado para serviço de instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor em conformidade com o Regulamento (UE) nº 517/2014, com o Regulamento de Execução (UE) nº 2015/2067 e com o Decreto-Lei nº 145/2017;
- i. Comprovativo de integração nos quadros da empresa de Técnico responsável para instalações elétricas, com inscrição na DGEG.

2. O documento previsto na alínea d), do número anterior apenas é obrigatório no caso de existirem alterações às inscrições constantes do documento apresentado em sede de apresentação de proposta.

3. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) e c) do n.º 1 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

#### ARTIGO 17º IDIOMA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, devem as entidades adjudicatárias fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

#### ARTIGO 18º PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO

- 1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a notificação da adjudicação.
- 2. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
- 3. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de 2 dias.

#### ARTIGO 19º DESPESAS E ENCARGOS DO CONCORRENTE

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

## CONVITE

AJUSTE DIRETO N.º SCGC\_SASUP\_AD\_00002\_2025 - SERVIÇOS DE  
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO HOTELEIRO  
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DO PORTO  
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

---

### ARTIGO 20º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro), e restante legislação aplicável.

## ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de AJUSTE DIRETO N.º SCGC\_SASUP\_AD\_00002\_2025 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO HOTELEIRO e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar,

## CONVITE

AJUSTE DIRETO N.º SCGC\_SASUP\_AD\_00002\_2025 - SERVIÇOS DE  
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO HOTELEIRO  
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DO PORTO  
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, morada de sede, número de matrícula na Conservatório do Registo Comercial e número de pessoa coletiva ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, moradas de sede, número de matrícula na Conservatório do Registo Comercial e número de pessoa coletiva), depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do procedimento de AJUSTE DIRETO N.º SCGC\_SASUP\_AD\_00002\_2025 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO HOTELEIRO, e de todas as condições estabelecidas no respetivo Caderno de Encargos e restantes peças patenteadas, propõe-se efetuar o fornecimento dos artigos, de acordo com o preço a total a seguir discriminado:

MANUTENÇÃO PREVENTIVA	
Unidade	Valor S/IVA
Unidade Alimentar São João	(...)
Cantina e Snack Bar Desporto	(...)
Cantina de Direito	(...)
Cantina e Snack-Bar ICBAS	(...)
Snack-bar Ciências	(...)

MANUTENÇÃO CORRETIVA - (Mão-de-obra)	
Período Normal (8:30h – 18:00h em dias de semana)	Valor S/IVA
Técnico instalador de aparelhos a gás	(...)
Técnico de refrigeração	(...)
Técnico de eletricidade	(...)
Período Normal (18:00h – 20:00h em dias de semana)	Valor S/IVA
Técnico instalador de aparelhos a gás	(...)
Técnico de refrigeração	(...)
Técnico de eletricidade	(...)
Período Extraordinário (Após 20H, fins de semana e feriados)	Valor S/IVA
Técnico instalador de aparelhos a gás	(...)
Técnico de refrigeração	(...)
Técnico de eletricidade	(...)

Estes valores indicados na tabela serão fixos durante a vigência do contrato e acrescem IVA à taxa legal de ...%.

A aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de hotelaria nas várias instalações dos SASUP será efetuada pelo preço global de \_\_\_\_\_ (valor €), \_\_\_\_\_ (valor por extenso), acrescido de IVA à

## CONVITE

AJUSTE DIRETO N.º SCGC\_SASUP\_AD\_00002\_2025 - SERVIÇOS DE  
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO HOTELEIRO  
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DO PORTO  
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

taxa legal em vigor \_\_\_\_ (indicar a taxa de IVA), desde que legalmente devido, no prazo de execução do contrato, que inclui serviços de manutenção preventiva de \_\_\_\_\_, serviços de manutenção corretiva de 10.750,00 € (dez mil, setecentos e cinquenta euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor e Peças /Consumíveis de 7.000,00 € (sete mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

\*Estes valores não são submetidos à concorrência.

..... (local), ..... (data)

.....(assinatura)